

FUNDOS DE PASTO: ESPAÇOS COMUNAIS EM TERRAS BAIANAS

Denilson Moreira de Alcântara¹
Guiomar Inez Germani²

1. AS LENTES QUE GUIARAM O NOSSO OLHAR

A produção do espaço

As comunidades que utilizam terras de forma comum, denominadas terras de uso comum não é um fato novo. Na Bahia, estas comunidades são conhecidas como Fundo de Pasto e ganharam visibilidade a partir da década de 80 do século passado, quando os conflitos pela manutenção destas áreas de uso comunal levaram ao enfrentamento com os mais diferentes grupos que desejavam apropriar-se das mesmas. As comunidades foram organizando a defesa do território, forçando o Estado a reconhecer como legítima esta forma de uso da terra.

Da luta destas comunidades surgem, para nós, desafios: a) entender os caminhos pelos quais percorrem a história deste país; b) por estes caminhos percorridos quais as relações constituídas entre as mais diferentes estratificações sociais; c) e como estas se articulam na luta para ter acesso a terra, bem como a manutenção na mesma. Dentro deste percebe-se movimentos contraditórios que se apresentam no desenrolar da história da sociedade. Sociedade, esta, total e ao mesmo tempo fragmentada. A sua totalidade concerne à organização como um todo, mas a sua fragmentação, ao mesmo tempo se manifesta na divisão internacional do trabalho, na apropriação dos bens produzidos e como esta se materializa no espaço, em fim, na divisão das classes sociais.

Nesta relação de apropriação dos bens da natureza, mediada pelo trabalho, o grupo social vai se naturalizando e ao mesmo tempo socializando a natureza. O resultado desta relação é o espaço geográfico com um conjunto de objetos distribuídos no espaço, com formas que atendem a uma dada função, que são mantidas pela estrutura social e foram geradas ao longo do processo histórico. Assim o espaço é entendido como “um conjunto de relações que são realizadas através das funções e das formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” (SANTOS, 1979, p.153).

¹ Estudante do curso de graduação em Geografia na UFBA e integrante do Projeto GeografAR-Trabalho de iniciação científica. Pesquisador cadastrado no CNPq – denilsonalacantara@yahoo.com.br

² Professora Doutora em Geografia, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Projeto GeografAR (Geografia dos Assentamentos na Área Rural) e participante do mestrado em geografia da na UFBA – guiomar@ufba.br

Partindo deste conceito, pode-se constatar que o espaço é uma totalidade, entretanto deve-se ressaltar que este não é uniforme. A forma como os grupos sociais marcam o lugar³ difere de uma localidade para outra. Isso não significa dizer que o processo é aleatório e independente, muito pelo contrário, ele é desigual e combinado. Esta diferenciação dos lugares vem acontecendo desde o momento em que o ser humano tomou consciência da sua existência e passou a produzir espaço, sendo que este processo acentuou-se com o advento do modo de produção capitalista. Para Correia(2002) a diferenciação aconteceu e acontece com base em quatro elementos: a) a divisão territorial do trabalho; b) o desenvolvimento dos meios técnicos de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história; c) a ação do Estado e da Ideologia que se espacializa desigualmente; d) a ampla articulação, através dos eficientes meios de comunicação. Este processo resulta em lugares diferentes, mas que estão integrados ao espaço total pelo processo de produção e circulação.

Assim sendo, como diz Santos (1978), “o espaço precede o lugar”, pois o espaço é a totalidade dos lugares que se desenvolvem de forma desigual e combinada, construído no cotidiano da vida pela sociedade total que ao produzir, produz espaço.

Terras de uso comum

As terras de uso comum devem ser entendidas neste contexto, como espaços construídos ao longo de um período histórico que possuem formas com funções, logo forma conteúdo, que são mantidas por uma estrutura social formada ao longo do período histórico. Compõe o mosaico que é o campo brasileiro e reivindica na luta pela terra o reconhecimento de uma estrutura agrária diversificada, marcadas pelas mais diferentes formas de apropriação dos recursos naturais e exigem uma reforma agrária que contemple estas diferenças do país.

Necessário se faz definir o que são terras de uso comum. Campos (2000, p.7) diz que as “terras de uso comum têm características associadas a uma terra do povo – uma terra que é de todos”. Contudo isto não quer dizer que esta terra pertence ao povo enquanto propriedade coletiva do grupo social, mas um espaço que é usado de forma comum servindo a “inúmeros proprietários individuais independente” de forma conjugada com a sua produção em área particular. O que deveria ser um complemento torna-se uma forma de produzir que é organizada a partir da experiência do uso comum como a experiência dos trabalhos coletivos, gerando uma vivência social de cunho coletivo.

³ Define-se lugar como uma porção da face da terra identificada por um nome. Aquilo que torna o lugar específico é um objeto material ou um corpo (SANTOS, 1979 p.152). Não se está considerando o elemento subjetividade na categoria de lugar por esta análise. A questão do sentimento de pertença ou de falta de identidade com o lugar não será aqui considerada.

O que a primeira vista parece ser um complemento para as comunidades de uso comunal torna-se essencial, pois sem estes espaços articulados, estes não têm como sobreviver, assim como sua estrutura social interna tende a ruir uma vez que a organização social está diretamente imbricada com a organização da produção.

Estas comunidades estão assentadas em terras de propriedade pública e produzem espaço desta forma há mais de cinquenta anos.

Por outro lado, o direito de uso comum tem antes de qualquer atribuição jurídica formal, uma relação direta a um direito consuetudinário, direito que vem da tradição do costume, da memória. Não de uma ou outra memória individual, mas da memória coletiva. Como afirmam os usuários e ex-usuários de terras de uso comum, é um costume 'que vem desde os tempos de nossos avôs', ou seja, 'desde os tempos imemoriais' como reconhecem os documentos e determinações jurídicas. (CAMPOS 2000,p.8)

A partir destes elementos Campos define as terras de uso comum como:

uma instituição sócio-econômico-espacial muito antiga. Trata-se caracteristicamente de uma forma de *ager publicus* (uma terra comum ou terra do povo) configurando-se na utilização comunal de áreas de campo e floresta por parte de inúmeros proprietários individuais e mesmo por não proprietários". (CAMPOS, 2000, p.17)

Uma história de camponeses

O recorte analítico feito considera o desenvolvimento do Fundo de Pasto enquanto a territorialização de uma forma específica de produzir espaço dentro do sistema capitalista, mas que a primeira vista parece estranho à lógica do capital. É importante considerar essa forma de produzir espaço, não como um resquício de um modo de produção feudal, pois isso se constituiria enquanto um equívoco. OLIVEIRA (1986) argumenta que o entendimento desta questão passa pela compreensão de que tais relações não capitalistas são produtos do próprio desenvolvimento contraditório do capital.

Seria ingenuidade dizer que as formas que não são, à primeira vista, puramente capitalistas, pertencem a outro modo de produção que insiste em se manter vivas dentro deste sistema. Assumindo-se isso enquanto verdade, assume-se, também, que para a manutenção do sistema vigente, estas formas tenderiam a sumir. Este pensamento faz parte de uma das correntes da Geografia Agrária que diz que em um processo de acumulação do capital o pequeno agricultor tende a desaparecer através do processo de diferenciação interna resultantes das contradições típicas oriundas da sua inserção no mercado de

trabalho ou pela modernização do campo, levando o latifundiário a evoluir para empresas rurais capitalistas e o camponês pobre se tornaria trabalhador assalariado a serviço do capital. Entretanto, estes grupos não têm desaparecido, mas se organizado, ganhando expressão na luta para a conquista da terra e do direito a sua reprodução enquanto camponês. O Fundo de Pasto compõe essa realidade e se expressa a cada dia com mais força.

A partir dos pressupostos arrolados, faz-se um esforço de entender como as comunidades de Fundo de Pasto, que possuem sistema de uso comunal das terras, produzem espaço, como estas buscam a legitimidade de seu território e se esta forma de regularização fundiária realizada pelo Estado da Bahia atende às suas necessidades.

Metodologia

Esta pesquisa compreende uma das linhas de estudo do Projeto A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (Projeto GeografAR) e busca entender a organização do espaço nas áreas de Fundos de Pasto no Estado da Bahia, identificando as áreas de conflitos e as diversas formas de luta e espaços de resistência na terra e pela terra. Para tanto criou-se um bando de dados alimentado e atualizado, onde consta espacializadas as diversas áreas de Fundo de Pasto, situação fundiária e jurídica dos processos de regularização fundiária no estado da Bahia.

A delimitação espacial da pesquisa é a área do semi-árido baiano. O marco histórico será a partir de 1960 que corresponde a um momento importante no processo de valorização das terras do semi-árido e, conseqüentemente, à ameaça ao sistema de Fundo de Pasto. Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa foram: revisão bibliográfica com leitura das teorias que tratam do valor da terra, terras comunais, questão agrária, produção do espaço; levantamento e análise de documentos específicos sobre o Fundo de Pasto na Bahia junto a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) que deram subsídios para a elaboração de mapas temáticos, gráficos e tabelas necessárias à pesquisa, mas é principalmente o contato constante com as comunidades de Fundo de Pasto, visitas a área que vem permitindo entender esta forma de organização da produção e como estes se constituem um modo de vida.

Em um segundo momento a pesquisa centrou-se no município de Canudos no Fundo de Pasto da Fazenda Barriguda, buscando entender a forma de organização do espaço onde as peculiaridades e as diferenças indicaram, quando possível, a origem e o processo social, cultural, econômico e político que determinou aquela forma, como esta forma de produzir espaço acontece e como a comunidade se apropria do espaço produzido. Para tanto realizou-se visita ao campo com entrevistas às lideranças locais, moradores do Fundo

de Pasto, agentes pastorais, lideranças locais e regionais do movimento e dos órgãos oficiais.

2. FUNDO DE PASTO: ESPAÇO COMUM DE NOSSOS DIAS

O que é Fundo de Pasto

O Fundo de Pasto é uma experiência de uso do espaço típico do clima semi-árido. É caracterizado pelo criatório de bode solto em terras de uso comum. A organização espacial e o modo de administrar a produção, reflete a concepção de mundo na qual estão inseridos estes indivíduos, os catingueiros, que compõem estas comunidades. Assim, percebemos como nos diz SANTOS (1985), em cada fração da natureza está guardada uma fração da sociedade atual. Para um melhor entendimento pode-se defini-las assim: *“reserva de pastagens em terras utilizadas para o pastoreio comunitário, onde estas terras comuns fazem parte do patrimônio coletivo das comunidades rurais.”* SABOURIN, CARON e SILVA. (1999). Apesar de o Fundo de Pasto constituir-se em áreas de uso comum e toda relação de apropriação da terra girar em torno desta particularidade que o constitui enquanto Fundo de Pasto deve-se, entretanto, atentar para as estruturas e processos que definiram e definem as formas e as funções destas terras

É necessário evidenciar alguns pontos para melhor se entender o objeto em questão: a) o Fundo de Pasto é uma experiência de apropriação de território típico do semi-árido; b) caracteriza-se pelo criatório de bode em terras de uso comum; c) os grupos que compõe esta modalidade de uso da terra, além de criarem bodes, ovelhas ou gado, possuem uma lavoura de subsistência e são pastores/lavradores ligados por laços de sangue ou de compadrios formando pequenas comunidades espalhadas pela caatinga que habitam estas terras a mais de meio século e tem como elemento regulador das relações sociais o costume. Duas regras são fundamentais: as áreas de pasto são de uso comum, todos as usam, mas ninguém pode se apropriar delas e, assim como as terras, as fontes de água também são de uso comunal.

Assim sendo, os elementos que caracterizam o Fundo e Feche de Pasto são: a) localiza-se no semi-árido; b) tem a tradição como elemento regulador da vida social que se manifesta através do direito consuetudinário e dos laços de compadrio; c) uso comum da terra onde se realiza a criação extensiva de pequeno porte ou do gado pé duro, sendo esta conjugada com uma área individual destina a moradia, os currais e ao plantio de agricultura de subsistência.

Desta forma o fundo de parto é uma experiência de apropriação de território típico do semi-árido, caracterizada pelo criatório de bode em terras de uso comum, onde os grupos que compõe esta modalidade de uso da terra, além de criarem bodes, ovelhas ou gado,

possuem uma lavoura de subsistência e são pastores/lavradores ligados por laços de sangue ou de compadrios formando pequenas comunidades espalhadas pela caatinga que vivem tradicionalmente nestas terras.

As relações horizontais

As comunidades de Fundos de Pasto possuem relações familiares no sentido “latu senso”, denominada relação de compadrio. Estas relações que possibilitam o uso comum do espaço são definidas segundo SABOURIN, CAROON e SILVA como horizontais, pois se baseiam na solidariedade mútua e não nas relações verticais constituídas entre o “coronel” do sertão e o lavrador/pastor. Estas relações marcam a forma que se constitui socialmente o Fundo de Pasto.

Um dos verbos muito usados é o verbo combinar, que significa entrar em acordo, negociar, planejar juntos, administrar. É um termo polissêmico, usado pelas comunidades quando falam entre si. Os moradores do Fundo de Pasto formam uma grande família, ligados por laços de sangue ou de compadrio. Ao construir a árvore genealógica do grupo sempre se chega a um membro comum percebendo que o casamento entre parentes é freqüente e as relações intrafamiliares se fortalecem. Este laço de consangüinidade é reforçado por laços de compadrio.

Este, por sua vez, tem um papel importante na comunidade à medida que fortalece a solidariedade do grupo, reafirmado os laços de parentescos e afinidades que integra a comunidade. É o “parentesco espiritual” que reforça a teia de relações comunitárias, pois ao assumí-lo as partes se comprometem em desenvolver uma interação mais intensa que significa maior respeito, aumento da convivência, desenvolvimento de trabalhos conjuntos e prestação de auxílio nos mutirões. Este laço é tão sério que não é permitido casamento entre compadres, pois se considera incesto.

Os compadres são de batismo, apresentação, representação, confirmação e de fogueira. A escolha do compadre de batismo segue a lógica da família, escolhendo parentes mais próximos, enquanto o compadre de fogueira escolhe-se aquele/aquela com quem se tem maior afinidade e a cerimônia é realizada durante as festas de Santo Antonio, São João e São Pedro, andando em volta da fogueira e dizendo o seguinte verso: “(o nome do Santo) dormiu, (o nome do Santo) acordou, Fulano é meu compadre porque (o nome do Santo) mandou”. Isto é combinado com antecedência e caso a pessoa escolhida não possa ir, se faz a volta na fogueira com um ramo de flor na mão que é entregue depois a pessoa ausente. As relações assim alicerçadas permitem no Fundo de Pasto a organização e luta pelo “território”

Fundo ou Fече de Pasto

Apesar de compreenderem a mesma lógica produtiva, estes espaços recebem topomínias diferentes em função da forma como se organizam e das funções exercidas neles. Um dos elementos que influenciam na organização são as condições climáticas. O Fundo de Pasto encontra-se, geralmente, em condições de maior aridez e menor disponibilidade de água, onde a criação de animal de pequeno porte se adapta melhor ao ambiente enquanto que o feche de Pasto ocorre em áreas de maior disponibilidade de água. É importante observar que a localização geográfica das áreas de Feche de Pasto se dá mais no sudoeste da Bahia enquanto que Fundo de Pasto se localiza mais no norte e nordeste do estado. Nestas áreas a criação extensiva é composta por caprinos e ovinos. Já nas áreas de maior disponibilidade de água, cria-se gado.

A diferença não se resume ao que se cria, mas também a forma que se cria e toda a organização espacial. No Fundo de Pasto as propriedades são abertas, sem cercas, o que distingue a posse de cada morador ou mesmo o seus limites gerais, são as picadas abertas na vegetação pouco densa denominadas de variantes.⁴ Já no Feche de Pasto, a área de uso comunal geralmente localiza-se na frente das posses individuais e tem como limite natural um rio, sendo esta fechada ao fundo, com cerca feita pelos produtores, onde cada um é proprietário de uma quantidade da cerca do local onde se pratica a criação extensiva de gado. Outra característica é que no Fundo de Pasto, durante todo o ano, a área comunal é usada, enquanto que no Feche de Pasto nos períodos de seca, os produtores de gados se reúnem em grupo e levam o gado para os gerais (cerrado) onde se alimentam das pastagens nativas. Uma questão importante é que as áreas usadas como Feche de Pasto são de fato terras devolutas, enquanto que no Fundo de Pasto pode-se encontrar também terras devolutas, mas ele se processa de um modo geral em terras patrimoniais da comunidade.⁵

GARCEZ (1987) afirma que existe também uma diferenciação no tocante às relações do cotidiano. No Fundo de Pasto os limites de circulação da criação são inexistentes, podendo esta circular em qualquer espaço. É proibida a apropriação em áreas de aguadas, pois estas são consideradas bens comuns. Outro ponto levantado é que a organização do sistema de trabalho que pode ser individual e muitas vezes em mutirão. Algo comum aos dois grupos é a quase total ausência de conflitos internos. SANTOS (1978) chama atenção que o espaço produzido é produto da história e que este deve ser considerado através das

⁴ Este termo é dado pelos próprios produtores. Variante é um substantivo, mas também é um verbo. Os produtores quando vão abrir as picada conjugam o verbo *variantar*: *variantei*, *varintou*, *variantando* e assim sucessivamente.

⁵ Em um estudo realizado pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) em outubro de 1983, é mostrados que estas famílias vivem nestas terras há mais de um século e que na medida que iam crescendo casavam-(se entre si e ocupavam uma parte da terra para viver).

funções e das formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.

Atualmente existem apenas quatro comunidades de Feche de Pasto requeridos na CDA, sendo que estas compõem apenas uma única unidade, mas que foram divididos para a titulação estão situados em três municípios diferentes na região de Senhor do Bonfim.

3. RESISTÊNCIA CAMPESINA NAS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO

A luta pela terra

Um livro publicado pelo Grupo de Estudos Agrários/Salvador apresenta uma pesquisa realizada sobre a grilagem de terra na Bahia nos anos de 1979 e 1980. O estudo mostra que em apenas dois anos na Bahia ocorreu grilagem de terra em 25 municípios do estado, sendo que as terras disputadas somavam cerca de 86.881 ha, afetando 10.500 pessoas. O estudo apresenta como grileiro grupos de japoneses instalados em São Paulo e a Tratarcar, empresas privadas como os grupos Agros industriais Camurugipe e Industria Cabralia. A ação dos grileiros é violenta ameaçando a integridade física dos moradores destruindo casas e plantações usando o trator, impedido o livre acesso obstruindo o caminhar, matando a criação, falsificando documentos, e o uso coercitivo da policia e/ou o setor judiciário.

Nas áreas de Fundo de Pasto esta realidade não é diferente. GARCEZ (1987), faz um a listagem de conflitos existentes nos município de: Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha, Senhor do Bonfim e Curaçá. Já as áreas de Feche de Pasto encontravam-se mais no município de Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória e Conópolis hoje são inexistentes nas listagens da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA).

É justamente esta pressão sobre o Fundo de Pasto, originária pela valorização da terra, em função do desenvolvimento do capital no campo através das agroindústrias e da política governamental com o projeto POLONORDESTE, implementado pelo governo Federal subsidiado e orientado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), que a situação de conflito irá se agravar.

Estas comunidades estão assentadas sobre terras devolutas⁶ ou terras patrimoniais da comunidade. A maioria não possuem nenhuma documentação de propriedade. Inicia-se,

⁶Segundo Ehle as terras eram chamadas terras de ninguém por não terem seus donos ou proprietários conhecidos, mas a definição correta, que o próprio autor dela faz uso ao longo da sua obra é "terras devolvidas a Coroa de Portugal" por se tratar do período colonial. Há, porém, outra definição encontrada em um estudo desenvolvido por Douracy Soares apresentado ao Mestrado em Direito Econômico da UFBA (1990, p. 44) o autor define como terras devoluta as terras improdutivas e cita a Lei do direito administrativo, que antecede a Lei das Terras de 18 de setembro de 1850. Segundo Germani (1993, p 45) nos diz que em fevereiro de 1891 com a aprovação da primeira Constituição da

então, a luta destas comunidades pela manutenção de suas terras buscando a legalização enquanto mecanismo de defesa e manutenção do seu modo de vida.

Germani (2001) conta que foi a ação dos movimentos sociais que obrigou o Estado a encarar o problema agrário brasileiro e é desta luta que tem nascido os curtos passos dados pelo Estado, que é “rebocado” pelo movimento social, em direção a reforma agrária e com as comunidades de Fundo de Pasto não acontece diferente, no conflito, novamente, o Estado se apresentara como agente planejador realizando as medições e as titulações destas áreas. Na Bahia o órgão responsável que faz as medições, demarcações e titulações nesta época é o Instituto de Terra da Bahia (INTERBA).

O Projeto Fundo de Pasto e a regularização fundiária

O Projeto Fundo de Pasto tem sua origem enquanto projeto institucional no Instituto de Terras da Bahia (INTERBA). Este instituto foi criado em 15 de maio de 1974, pela Lei nº 3635. Em 1978 no dia 4 de janeiro tornou-se Autarquia e foi reorganizado pela Lei Delegada nº 36/83. Tinha como função executar a política agrária estadual. As ações/processos executadas pelo INTERBA eram: a) ação discriminatória que tem como objetivo separar as terras públicas das particulares; b) cadastramento onde se identifica, registra os imóveis rurais, através do qual se atualiza este registro, com base nas alterações verificadas na malha fundiárias; c) regularização fundiária que consiste na organização jurídica da situação do indivíduo sobre a terra que são de origem pública, podendo esta ser feita através de doação, alienação, concessão de uso ou venda e d) reestruturação que acontece através da formação de assentamentos dirigidos pelo Estado.

No governo Valdir Pires(PMBD) é criada a Secretaria de Reforma Agrária do Estado da Bahia que trabalha conjuntamente com o INTERBA. Com a troca de governo, ascende ao poder, novamente, Antonio Carlos Magalhães – ACM (PFL) e a Secretaria de Reforma Agrária do Estado é extinta, sendo criado a Coordenação de Reforma Agrária (CORA) e passa a trabalhar juntamente com o INTERBA. Em 1999 é Criado a CDA que incorpora as atribuições do INTERBA e da CORA, sendo estes extintos. No ano de 2004, no mês de maio a CDA institui o Núcleo de Fundo de Pasto.

O conflito que dera origem à necessidade de construção do Projeto de Fundo de Pasto acontecera em Uauá no ano de 1981 e levou os técnicos do INTERBA e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) a elaborarem conjuntamente um projeto que pudesse diminuir as tensões sociais crescente, no tocante a questão agrária, no

Republica dos Estados Unidos do Brasil, as terras devolutas passaram a pertencer aos Estados onde estavam situadas.

semi-árido baiano e garantir para as comunidades de Fundo de Pasto o direito a se manterem na terra.

Caracterizado o uso da terra, o problema seguinte foi a legalização das terras de uso comunal, a lei só se reporta à propriedade privada e as terras públicas.

As lutas conjuntas realizadas à base de muitas mobilizações populares, abaixo-assinados, ocupações dos órgãos públicos responsáveis; tendo como parceiros a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Central Única dos Trabalhadores(CUT) e muitas outras entidades da classe trabalhadora, lograram no Governo de Waldir Pires o reconhecimento legal desta forma de produzir espaço. Na Bahia a Lei que regulamenta atualmente as áreas de Fundo de Pasto é a Constituição Baiana de 1988 em seu Artigo 179, Parágrafo Único.

No caso de uso e cultivo coletivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente construída, especialmente nas áreas denominadas de Fundo de Pasto ou Fecho e nas ilhas de propriedades do Estado, vedada a este transferência do domínio.

Esta ainda é uma questão em aberto e fruto de muitos debates onde a universidade é chamada a contribuir de forma significativa. Em primeira instância os títulos saíram sob a forma condominal, e depois a titulação em nome da associação. Hoje este debate sobre a forma de titulação continua em aberto.

Para o povo a titulação é uma forma de adquirir segurança na terra, de poder trabalhar sem o medo de acordar com uma cerca dizendo que não tem mais direito sobre esta. O problema é que o modo de vida, a organização social que é refletida na estrutura espacial das comunidades de Fundo de Pasto não é pautada na propriedade privada, mesmo porque a concepção do privado não significa restrito de uso e apropriação, pois mesmo que digam o lote é meu, o meu pode ser utilizado por todos, desde que acordado.

Outro elemento a ser analisado é que nas áreas de Fundo de Pasto não existe cerca separando o lote individual do comunal, mesmo nas áreas onde o processo de grilagem foi mais intenso resultando no fechamento do perímetro do Fundo de Pasto, como é o caso de Oliveira dos Brejinhos, a cerca na área interna não tem como objetivo

estabelecer limite entre privado e do comunal⁷. A lógica desta cerca tem como função proteger o modo de vida de uma comunidade que se reproduz de forma diferenciada. É a garantir de vida de um grupo humano que em interação como meio construiu uma relação de convivência com a seca e sua reprodução tem um caráter conservador podendo ser chamado de “Verdadeiros **Santuários ecológicos**”⁸

Percebe-se que a titulação como é feita não responde por vários motivos, um dos argumentos principais levantados é que a titulação individual das áreas individuais, bem como a fração ideal da área comunal ameaça a existência do Fundo de Pasto porque passa pelo processo de privatização das áreas e fatiamento da mesma: a) que o comunal não se sustenta sem o individual é uma arranjo combinado e interdependente; b) que a saída de um membro com a venda da sua parte individual pode levar a criação de conflitos internos pois o individuo que irá entrar pode cercar a sua parte diminuindo a área de circulação da cabra intensificando o consumo das áreas comunais ultrapassando a capacidade de suporte da área; c) as relações que garantem este modo de vida são gestadas em um tempo diferente do tempo do capital. São relações de tempo lento construída no experimentar, no fazer do dia-a-dia. Construções culturais fecundadas na tradição que possui uma linha muito fina, tecida com fios de solidariedade, fraternidade, construídas na labuta do cotidiano.

A lei que garante esta forma de uso da terra ainda não está regulamentada e também é fonte de várias discussões. Segundo Germani(1993) o Estado não é neutro, ele atende ao interesses dos grupos que estão no poder e neste sentido a Bahia tem uma tradição de coronéis que se revezam e se defendem, logo não é confiável. Por tanto a concessão de uso, sem com isso ser estabelecido tempo, é perigoso.

A partir destas questões vem se intensificando um debate que pode ser muito rico. Não se pensou no Brasil, principalmente a partir da Lei de Terras de 1850, uma forma jurídica que permita o uso comunal de terra a nível nacional, apesar deste existir antes mesmo do processo de colonização. Quando se fez esta reflexão, foi no bojo de uma luta específica com demandas muito claras o que resultou nas reservas extrativistas, as leis para terras de quilombo, as lei para terras de índio e etc... Foram conquistas importantes e tem seu valor e sua especificidade, entretanto existe um grupo maior que faz uso comum da terra e que tem exigido uma resposta para esta questão fazendo assim necessário pensar em uma forma jurídica que contemple as reservas de terras de uso comunal no Brasil.

⁷ Em Oliveira dos Brejinhos a cerca foi instituída pela pressão exercida pelos grupos externos que se aproximaram com o intuito de adquirir terra e para conseguir isso maltratava a criação do povo. A função da cerca é impedir que estas terras sejam tomadas e que a criação seja maltratada.

⁸ Este é o termo usado para definir a relação Fundo de Pasto x meio ambiente usado no projeto Fundo de Pasto Que Queremos, elaborado pelos trabalhadores rurais e as organizações de apoio a luta.

Para tanto as comunidades de Fundo de Pasto têm se debruçado junto com as entidades parceiras buscando descobrir uma forma jurídica que contemple o seu modo de vida. Enquanto isso não acontece, o processo de titulação continua sendo feito pela CDA. Para se fazer a titulação observa-se os seguintes procedimentos na CDA: requerimento, autorizações da medição, certidão de área, medição, cálculos da medição e planta da área, organização do processo, análise técnica, análise jurídica, publicação no Diário Oficial e titulação.

Para cada morador do Fundo de Pasto que solicita a medição da sua área individual é feito um levantamento com o intuito de certificar que o requerente não possui outra área doada pelo Estado, pois cada indivíduo só pode ser contemplado com a doação uma vez, as demais aquisições devem ser realizadas por alienação simples. O Estado só realiza a medição pra indivíduos gratuitamente se a área solicitada possuir até 100 ha.

No tocante às áreas comunais das comunidades de Fundo de Pasto, por se tratar de terras patrimoniais da comunidade o tamanho das áreas a serem tituladas variam muito. Por exigência do governo as áreas com até 500ha podem ser encaminhadas diretamente para o setor seguinte tendo cumprido as exigências necessárias, caso esta tenha acima de 500ha necessita de um projeto de viabilidade

Outro empecilho na titulação destas áreas que aumenta a demora dos processos são os setores responsáveis pela titulação. Até 500ha é a CDA que faz a titulação da terra, entre 500ha e 2000ha a titulação é por conta do governador e acima de 2000ha passa a ser responsabilidade da Câmara Legislativa do Estado. Nestas idas e vindas processos se perdem, demoram a retornar, desviam de setor e etc..

Território e Fundo de Pasto

A abordagem na perspectiva do território pode se realizar sobre dois aspectos: o território institucionalmente constituído e o território dos movimentos sociais. Apesar de distintos eles não são excludentes, muitas vezes complementam-se, pois um está contido no outro e a lógica da sua existência está diretamente imbricada. É importante ressaltar que ambos são provenientes de processos sociais, mas possuem naturezas distintas e assumem ao longo do processo histórico funções no espaço, muitas vezes, antagônicas. A legitimidade de ambos são constituídas contraditoriamente; o primeiro tem como referência para sua legitimidade o status quo e se organizam a serviço do capital⁹, em que os grupos que se encontram no poder tem como objetivo a extração da mais valia que se materializa

⁹ Não quero com isso dizer que o capital é um ser etéreo, este não tem pátria nem família, mas tem dono e se articula bem. Marx (in Oliveira 1999, p.72) nos lembra que o os grupos que compõem o poder se dividem em capitalistas (grandes empresas internacionais, Grupos de empresas,) e proprietários da terra. Como se pode perceber o capital tem cara e se materializa no espaço.

na produção, circulação e comercialização da mercadoria de onde se obtém o lucro; o segundo grupo se apresenta a partir dos grupos sociais populares e tem com foco a reprodução da vida dos indivíduos, estes buscam sobreviver diante da ação do capital que lhe extrai a força de trabalho e lhe nega as condições básicas de sobrevivência.

Não se pretende com isso simplificar a forma como a sociedade está organizada atualmente negando a sua complexidade, entretanto percebe-se que, apesar das diversas formas assumidas pelo capital e esta reproduzida na organização social com toda a sua complexidade ainda se mantém a relação dual detentores do capital e possuidores da força de trabalho, sendo que com uma novidade: os excluídos do processo de produção, que por sua vez são considerados mão de obra livre e de reserva assim como as áreas muitas vezes por estes habitadas. Logo a gestação do território se dá ao longo do processo histórico e é nesta história que a sua vida tem sentido. O território não é algo estático, mas um processo dinâmico gestado no bojo da vida e das relações constituídas pelo processo de produção e apropriação dos bens da natureza. Para Morais (2002, p.57) “a constituição do território é, assim, um processo cumulativo, cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo movimento”. Souza(2003, 81) complementa dizendo que “os territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses, ou dias”. Este processo pode ser apreendido a partir da valorização do espaço onde o mesmo autor ainda diz “a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação do território”.

Os elementos da constituição de um território são marcados pela disputa e pelo reconhecimento de que um dado grupo possui o direito de uso de certa área bem como a apropriação dos bens produzidos, logo um território só existe a partir da presença do diferente ou do estranho ao ambiente e que tenta se apropriar desta.

O território será um campo de força , uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’ , os insiders) e os outros(os de fora, os estranhos, os outsiders). (Souza,2003, 81)

Assim sendo é o uso social o elemento definidor do território e em outros termos “é a própria apropriação que qualifica uma porção da terra como um território” Morais (2002, 57). Da mesma forma que a produção do espaço só se dá através da consciência, o território é um ato de apropriação consciente.

Para se constituir enquanto território este necessita de dois elementos fundamentais: Espaço e poder.

O espaço a que me refiro é o espaço socialmente construído, definido por Santos (1979, 153) como sendo

um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual.

A concepção de poder é aqui entendida como a capacidade de se articular para agir em conjunto. A legitimidade de tal ato é dada pelos membros. Enquanto este poder for referendado pelo grupo, estes se constituem enquanto poder. Entretanto, quando o grupo retira o seu apoio, a manutenção passa a ser feita pela imposição da força o que se constitui enquanto violência. A capacidade de resistir e estabelecer limites à apropriação, definindo o grupo a se apropriar gera o território.

Para entender o Fundo de Pasto e sua constituição territorial é necessário distinguir primeiro em que escala de abordagem este objeto possui visibilidade. No Fundo de Pasto, por ser uma unidade produtiva constituída pelas famílias e as suas dimensões serem pequenas é necessário usar uma escala de maior detalhe, pois, apesar deste está inserido na escala estadual, esta não lhe permite a visibilidade que necessita.¹⁰

Durante muito tempo não havia necessidade de definição de limites para estas comunidades. A terra está livre para a cabra correr solta, a produção do espaço não se dava engendrada por nenhuma força externa à comunidade, esta se organiza e a partir das necessidades de sobrevivência. Diante das adversidades foram construindo e gestando a sua forma de convivência com o semi-árido, de forma que a sua experiência de apropriação do bem natural não tinha um caráter de transformação total da natureza a ponto de criar um desequilíbrio. O meio natural que era modificado, possuía uma relativa harmonia com o grupo social que o modificava. A convivência a partir do que a própria Caatinga possuía e dela retirar as suas necessidades básicas não se constituía enquanto ação pedratória. Nesta relação a seca passou a ser entendida não como catástrofe, mas como ciclo natural. Isso não quer dizer que estes não sofriam com a seca, significa dizer que encontraram um caminho de convivência.

A valorização do espaço é que irá definir quem é que exerce controle sobre uma dada área. Durante o período da colonização, a rota do capital que iniciou o desbravamento do sertão ao longo do Rio São Francisco, descobriu interesses econômicos mais rentáveis

¹⁰ Para Castro (2003,117 – 140) o problema da escala é importante, pois “na realidade todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e análise apropriada”, logo a função da escala é da visibilidade ao fenômeno estudado.

para a época, nas áreas da chapada Diamantina em Minas Gerais, mudando o eixo de interesse do capital que já via na produção açucareira o seu declínio. Estas áreas onde hoje estão assentados os Fundos de Pasto, nesta época pertenciam aos Guedes de Brito e aos Garcia D'Ávila. Que por causa do declínio da economia foram abandonando a região. O povo vai ocupando a área sem haver uma preocupação com o processo legal que definia a propriedade. As terras então se tornaram ocupadas sem uma documentação, porém o seu respaldo fora e é unicamente a comunidade que ali habitara e habita. Cada unidade, ou grupo família no sentido lato senso, se apropriará desta fração do espaço através do uso, é o uso para a manutenção da vida que define a posse da terra, entretanto a relação de posse é relativa, esta não tem um caráter de privado, pois não existe a delimitação de uma área pertencendo a um indivíduo sem possibilidade de uso por parte de outros, o uso se dá de forma comunal e até mesmo nas áreas ditas particulares não se pode apropriar de um bem como a água ou o pasto. O que é apropriado de forma individual é a produção, não os meios de produção.

Com o desenvolvimento da técnica de irrigação somada ao processo ideológico no governo militar inicia-se no território brasileiro um processo de expansão territorial através do alargamento das fronteiras agrícolas do país. Este processo levava a uma intensificação do capital no campo brasileiro, outrora esquecido e o espaço que doravante era tido como espaço de atraso e antagônico à modernidade do capital passa a ser “espaço onde as almas brilham”, como diz Santos “espaços luminosos”.

A valorização da terra vai se dar através da adição de técnica ao espaço, implementando uma lógica de reprodução diferenciada da local. A política de incentivo fiscal desenvolvido pelo governo federal e no Nordeste representado pela SUDENE e DNOCS, buscava desenvolver projetos que facilitasse a expansão do capital no campo com obras de infra-estrutura e financiamentos.

Na Bahia os pontos de expansão foram o Oeste Baiano com a entrada da soja e o Vale do São Francisco na região econômica do Baixo e Médio São Francisco com a entrada da fruticultura e canaviais. São pontos específicos onde as condições naturais que outrora dava ao lugar condições inaptas para o desenvolvimento do capital agora com o avanço da tecnologia somado ao desejo político se constitui enquanto espaço de desejo da ação do capital materializada nas agroindústrias que ali se estabelecem com uma produção voltada para o mercado externo.

As terras de uso comum passam a ser ameaçada pela valorização que ocorrera no lugar. Começa assim a luta pela resistência na terra e pelo direito de se reproduzir enquanto camponês. Em primeiro momento a resistência vai se dá de forma isolada, cada fundo de pasto é um ponto porque neste momento a dimensão da luta, por ser nova ainda, não está

articulada como um processo coletivo. É a Igreja o elemento que irá, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto com os sindicatos rurais, costurar esta história, organizando uma luta conjunta. É esta comunidade na sua teia de relações que se articulará na defesa do seu espaço apropriado de forma comunal ao longo da história. Logo o território não é o substrato natural, mas sim um campo de forças, onde as relações de poder se espacializa sobre um dado substrato referencial.

Na busca de entender o que se passa nestas áreas o Estado começa a desenvolver estudos sobre as comunidades em questão. É realizado pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC – e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR – no ano de 1983, um trabalho intitulado Fundo de Pasto: uma prática de trabalho comunitário na pequena produção. Um estudo de caso em Uauá. Em 1987 é realizado um estudo de avaliação da intervenção produtiva Fundo de Pasto e no mesmo ano o INTERBA realizara um estudo que será publicado pela prof^a Angelina Rolim Garcez denominado Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo.

Para tanto, o Estado (SEPLANTEC e CAR) faz uma divisão territorial das comunidades de Fundo de Pasto com o objetivo de estudar a organização da produção terá como base o movimento do capital e os conflitos gerados por este. Com isso o Estado reconhece que há uma relação de disputa por uma fração específica do espaço em um dado lugar por um determinado grupo que se articula resistindo a outro. Para tanto, dividiram em três grupos distintos: a) o primeiro grupo compreende o município de Uauá, Curaçá e Chorrochó, justificando que neste se observava uma maior concentração de Fundos de Pasto, porém com certa estabilidade no que se refere ao conflito por questões de terra; b) o segundo grupo composto por Senhor do Bonfim, Canudos, Monte Santo, Euclides da Cunha e Itiúba, sendo que estes vêm sofrendo o cercamento das áreas pelo capital pecuário de outra região c) e o terceiro grupo considerado foi o do município de Juazeiro onde o capital agro industrial espalhou-se com maior força e violência, gerando repercussões e transformações sócio-econômicas e produtiva da região. O critério para esta divisão, como pode ser visto, tem como fundamentação as diversas formas que o capital tem se instalado na área gerando conflitos do menos ao mais intenso.

Neste mesmo período outra regionalização é feita pelo INTERBA tendo como critério a localização e também irá se dividir os grupos em três chamados Nordeste que agrupará todos os Fundos de Pasto situados a norte e nordeste do estado, Região da Serra Geral que corresponde aos Fundos de Pasto de Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas e Ibititá e por fim o Fechos de pasto do Oeste que compreende os municípios de Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória e Canópolis.

Estas regionalizações feitas pelo estado não atendera as necessidades do Movimento de Fundo de Pasto que buscara uma articulação coletiva da luta pela regularização fundiária. Inicialmente esta se dera pela organização da estrutura eclesial. Os agrupamentos formados dependeram e muito da assessoria que receberam. A diocese de Barra com a FUNDEFRA é quem auxiliara na luta campestre e na organização do povo de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas.

Já na região de Senhor do Bonfim é a CPT da diocese de Senhor do Bonfim quem coordenara este agrupamento e a CPT de Juazeiro coordenara junto com os sindicatos de trabalhadores rurais a região que se estende de Curaçá até Pilão Arcado. A partir da luta conjunta fundam-se na década de 90 do século passado as centrais de Fundo de Pasto e esta então definem seu campo de ação que inicialmente se mantém como está, mas depois começa a sofrer modificações.

No IIº Encontro Estadual de Fundo de Pasto realizado em Oliveira dos Brejinhos em julho de 2004, esta reorganização territorial foi feita e configuração da luta se dividiu em quatro pólos. Manteve-se o pólo de Oliveira dos Brejinhos com uma central de Fundo de Pasto coordenando a luta deste município e o de Brotas de Macaúbas. Na região de Senhor do Bonfim a Central de Fundo de Pasto trabalha com os municípios de Jaguarari, Andorinha, Monte Santo, Itiúba, Campo Formoso, Antonio Gonçalves, Pindobaçu, Mirangaba e Umburanas e o pólo de Juazeiro com Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado. O novo pólo que fora criado, situa-se no Nordeste do estado compreendendo os municípios de Canudos, Curaçá e Uauá.

A lógica que envolve a criação de região pelo movimento popular de luta pela terra das comunidades de Fundo de Pasto tem como objetivo a articulação da luta coletiva. Neste sentido, o território do Fundo de Pasto é um território descontínuo, articulado em rede, onde cada Fundo de Pasto é um nó da rede que se articula em uma malha maior dentro do Estado, e como diz Germani (2001, 130) acerca da luta dos trabalhadores rurais sem terra: “Uma rede de estrutura aberta, mas tecida com nó cego, que seguramente, será difícil desfazer...”

FUNDO DE PASTO HOJE

Hoje na Bahia existem, segundo os dados da CDA, 340 Fundos de Pasto, distribuídos em 23 municípios. O município que apresenta o maior número de Fundo de Pasto é Uauá seguido de Monte Santo. Já Seabra e Mirangaba são os municípios que apresentam menor número de Fundo de Pasto. É importante frisar que aqui está se falando apenas dos Fundos de Pasto documentado pela CDA, se fossem lavadas em consideração as áreas não documentadas, onde existem Fundos de Pastos como Macururé, Chorrochó, Rodelas e até mesmo nos próprios municípios citados, a configuração espacial seria outra.

É necessário ter consciência de que o processo é dinâmico e a cada dia surgem mais Fundos de Pastos organizados reivindicando regularização de suas terras. Isso não quer dizer que estão surgindo novos Fundos de Pastos, mas sim que as comunidades estão se organizando, para adquirir o título de propriedade da terra. Um exemplo disso é a lista cedida pela mesma instituição em junho de 2002, onde havia a mesma quantidade de municípios, mas apenas 236 Fundos de Pastos catalogados. O número de pessoas que moram nos Fundos de Pasto ultrapassam a 20.000 indivíduos.

Na luta pela terra, vários inimigos se manifestam. A ação do Estado neste processo de legalização é lenta. As comunidades em litígio são muitas, mas elas preferem “combinar”, realizar acordos e “empurrar com a barriga” até conseguir a titulação de terra a entrar de fato em uma luta judicial. pois a crença na justiça é baixa.

Contudo, a organização no Fundo de Pasto se torna cada vez mais forte. A luta pela defesa do território se organiza e é renovada com a entrada de jovens lideranças, dinamizando a luta pela terra. Dento dos Fundos de Pasto buscam dinamizar a produção e alternativa de convivência com o semi-árido a exemplo do beneficiamento de frutas criando de forma cooperada fábrica de doces, pois como disse Elenice Conceição, presidente da Associação Comunitária Agropastoril dos Pequenos Produtores da Fazenda Barriguda: “Lutamos pela terra, porque ela é a nossa vida.”

4. FUNDO DE PASTO EM CANUDOS (BA)

O município de Canudos(BA)

Situado a nordeste do estado da Bahia, o município de Canudos foi criado em 25 de fevereiro de 1985, pela Lei Estadual nº 4.404, mas só em 1986 que começou a sua implantação com eleição e posse dos cargos para o Executivo e o Legislativo. Anteriormente Canudos fazia parte do município de Euclides da Cunha, antigo Cumbi, no tempo de Antônio Conselheiro as terras pertenciam ao Barão de Jeremoabo, no início da colonização a grande família indígena Macujê. Possui como principal recurso hídrico o açude do Cocorobó, criado em 1968 que tem como principal fonte de abastecimento o rio Vaza Barris.

A população residente Canudos é de 13.761 habitantes. Desta população 49%, o que corresponde a 6.749 são moradores da zona rural, enquanto que 7.012, a que equivale a 51% da população, é tida como urbana segundo o IBGE. O comercio de Canudos é incipiente sendo a feira o grande espaço de atividade comercial onde parentes se encontram, trocam informação e adquire gêneros alimentícios. A feira é o maior evento social semanal da cidade. Canudos vive, basicamente, da agricultura irrigada onde é produzido banana, melão e sementes para a multinacional Agrocere e a criação extensiva dos rebanhos de caprinos e ovinos.

Produção do espaço a partir da resistência

Três fases distintas marcam a experiência do Fundo de Pasto em Canudos e todas elas frutos da ação do Estado: a guerra no século XIX, a chegada do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), a Instituição do Parque Estadual de Canudos.

A ocupação do território hoje conhecido como município de Canudos inseri-se na lógica da ocupação do semi-árido baiano. Antes da colonização estas terras eram ocupadas pela grande família Macujê que perdeu o seu último pajé com domínio da língua na guerra de Canudos. A guerra de Canudos liderada pelo Beato Antonio Conselheiro conseguiu reunir homens, mulheres, velhos, crianças, todos empobrecidos. Para MOURA

A guerra liderada por Antonio Conselheiro é o reflexo eloqüente e ao mesmo tempo incompleto das contradições que existiam naquela época e persistem nas relações sociais do nosso setor(...)um protesto radical da massa camponesa por melhores condições sociais. (MOURA, 2000, p. 22 e 23)

Estas terras em 1890 eram de posse do Barão de Jeremoabo, onde se instalou os conselheristas sob o comando de Antonio Conselheiro. Buscavam construir uma sociedade mais justa, onde pudessem viver. Marcados pelo fim da escravidão, sem terra, sem trabalho, sem condições de vida fundaram uma sociedade alternativa. A esta denúncia o Estado responde ontem e hoje com violência.

A violência é uma arma permanente da qual se recorrem os latifundiários. Ela vai da destruição de roças, invasão de lares, tortura no trabalho, estupro de camponeses, intimidação e assassinatos. (MOURA, 2000, p.92)

Canudos foi esfacelada pelo exército brasileiro sob o comando do General Artur Oscar, com o protesto de garantir a segurança nacional em 05 de outubro de 1897. Após a guerra o povo fez do arraial de Canudos espaço simbólico mantendo o nome Belo Monte. Lá aconteciam as celebrações, o Belo Monte era o local onde o povo se encontrava para realizar as festividades que marcavam a sua tradição. A reza de Santo Antonio, ainda forte na tradição, era o ponto alto dos festejos. A dimensão simbólica desta localidade dava a este povo um sentimento de pertença que se organizavam socialmente na reestruturação do lugar.

Novamente a ação do Estado provocou uma mudança na vida do povo de Canudos. É o Estado atuando como agente direto na implantação do programa de modernização do campo, de forma especial com o Projeto Sertanejo criado em 1976. Germani (1993) diz que o Projeto Sertanejo era coerente com a concepção oficial do então presidente Geisel por

acreditar que a única forma de se salvar a agricultura brasileira seria imprimindo uma mentalidade empresarial ao campo

Em Canudos é implantado o açude do Cocorobó pela DNOCS, em abril de 1968 instalando um projeto de irrigação que causara a subida no preço da terra irrigada, valorizando as terras da região.

A terra em Canudos hoje

Em uma tabela cedida pela Secretaria de Agricultura e reforma Agrária, referente ao ano de 2003 consta que o valor da terra em Canudos. Terras sem nenhuma benfeitoria o hectare custa R\$ 70,00, já uma beneficiada pelo sistema de irrigação tem preço R\$ 420,00 o que equivale a cinco vezes o valor da terra “nua”.

É justamente este movimento de valorização da terra que atraiu o elemento externo a realidade local, incentivados pelos benefícios trazidos a quem tivesse terra através do Projeto Sertanejo. Para ter acesso aos investimentos públicos era necessário que o individuo tivesse terra, assim motivados eles grilam a terra dos pequenos produtores cercando a áreas que era usada de forma comunal para a criação em regime extensivo.

Adelson Matos Alves conta que no meado da década de oitenta do século passado, chegaram na região vários grileiros¹¹: um senhor chamado Jordão, um italiano, outro grileiro que o povo denominou de gringo.

Com o projeto Sertanejo a grilagem de terra foi oficializada literalmente, você tinha um investimento do governo na região e estes investimentos geraram corrida às terras e esta corrida fez com que muita gente comprasse uma pequena quantidade e cercasse uma quantidade maior e depois iam a cartório regularizar a terra grilada do Fundo de Pasto através da Correção e retificação de quantidade de terra. (Entrevista realizada no dia 11/04/2004)

A crença na justiça é muito baixa, pois os grupos que levaram a questão até os tribunais quando não amargam o sabor da derrota esperam anos a fio sem uma posição, ou como ocorreu no Fundo de Pasto do Auto Redondo, em Canudos, Este conflito parou na justiça, o povo ganhou a causa, mas nunca foi restituída a terra ao povo. D. Maria Matos Alves diz: “Colocamos e tivemos a liminar, mas nunca pra nós isso teve validade”. Além da justiça o povo tem os poderes locais se curvam aos interesses dos fazendeiros e buscam forma de destruir o Fundo de Pasto a exemplo, a Lei do Pé Alto ou dos 4 Fios, que não

¹¹ A questão relacionada a renda da terra aqui é fundamentada, na medida em que a terra serve como garantia para negócios.

impede a pequena criação de entrar na terra do fazendeiro e este persegue, maltrata e mata a criação dos pequenos produtores.

Neste mesmo período começam as organizações para a Romaria de Canudos e as freiras Jelda, Verônica e Damísia da Congregação Filhas do Sagrado Coração e começam a articular a Pastoral Rural . Criam o grupo de mulheres carentes de Canudos, onde se discute a questão de Fundo de Pasto. As articulações levam a orientação para a resistência. O poder público de Euclides da Cunha que nesta época lança a Lei do Pé Alto. Em 1985, cria-se o município de Canudos, mas só a partir de 1986, é que se instala um poder e é derrubada a referida lei neste município.

Com a valorização da história de Canudos, surge a proposta de se criar um parque estadual e novamente se estabelece um conflito, pois este estava sendo colocado em área de Fundo de Pasto . Com a mediação da Igreja o povo resistiu, e consegue permanecer na área com algumas limitações.

A luta pela manutenção do Fundo de Pasto em Canudos continua. A regularização fundiária é a meta. Senhor Mauricio, um morador do Fundo de Pasto da Barriguda, conta que a sua esperança é: “Que a gente possa ficar mais tranquilo, sabendo que ninguém vai invadir nossa área.” (Entrevista realizada em 10/04/2004).

Existe em Canudos 15 associações de Fundo de Pasto, sendo que três estão medidos, sete para medir e cinco sem informação, segundo o cadastrado da CDA. Entretanto existem hoje em processo de organização mais três associações sem contar a área onde há Fundo de Pasto, porém não existe associação. Em entrevista com Irmã Cerila Francisca Zambom (Freira que trabalha com a Pastoral Rural em Canudos), ela fala em áreas que a discussão sobre a organização para requerer a titulação dos lotes individuais e garantir a área comunal ainda nem começou.

O processo de produção no Fundo de Pasto Barriguda

Apesar de estarem registrados no CDA como uma única associação trata-se de dois Fundos de Pasto diferentes, com associações diferentes: o Fundo de Pasto da Barriguda e o Fundo de Pasto do Angico. Estes nomes foram dados em função da grande quantidade das plantas barriguda e angico em cada local.

Estas áreas estão para ser medidas, tendo o processo sido habilitado em agosto de 2002. O Fundo de Pasto da Barriguda possui uma extensão de 2000 há, segundo os moradores e habitam nesta área 35 famílias, mas apenas 30 estão filiadas à associação.

Neste trabalho centrou-se no Fundo de Pasto da Barriguda por acreditar que os processos a que estão submetidos os outros Fundos de Pastos deste município obedecem à

mesma lógica global e local, desta forma o objeto escolhido fornece dados que nos possibilita entender como se articula a questão da luta pela terra em propriedades comunais.

Considerando que produzir é produzir espaço SANTOS (1978), percebe-se dois aspectos importantes para se entender isto no locos de observação: a escala de abordagem deve dar visibilidade ao fenômeno estudado e as relações simbólicas que permeiam a produção, bem como a estruturação do Fundo de Pasto, são pautadas na tradição da qual o grupo é originário.

A produção é constituída, basicamente, de caprinocultura extensiva que é feita na área comunal. A apropriação desta área se dá pelo uso e as relações de poder constituídas sobre esta fração do espaço se dão de forma coletiva. Ninguém se diz dono. Até mesmo a expressão “é nossa” surgiu a partir da entrada do “diferente” - grileiro- que os obrigou a delimitar e definir os limites do patrimônio da comunidade e seus respectivos lotes individuais, que antes era “terra solta, de ninguém”. Assim como a idéia de propriedade diferia o termo para denominar a área de uso comum também. Senhor Maurício Pereira dos Santos, 62 anos, morador do Fundo de Pasto Barriguda diz que o termo Fundo de Pasto para eles é relativamente novo surgiu em meados da década de 80 do século passado, com a necessidade de legalizar a terra em por causa da grilagem. A relação exercida com área comunal não era de propriedade e sim de uso. Isso ficou claro no ano de 2002 quando se travou um debate intenso sobre o uso de cerca no Fundo de Pasto. Concluiu-se que o sentido da luta não era cercar a área para a associação e sim deixar a terra livre para os que são da associação, mas também para os que não fazem parte dela. Na área comunal a vegetação deve ser preservada para que os bichos se alimentem no período de estiagem e realizar a colheita das frutas que serão usadas para beneficiamento.

Nos lotes individuais estão as famílias com suas casa dentro do lote, espalhadas no entorno da área comunal. A relação de propriedade se dá aí, mesmo assim com certos limites. Não existe cerca para delimitar a área, pois esta não tem função enquanto objeto que separa um lote do outro. No Fundo de Pasto as cercas existentes têm a função de evitar a entrada das cabras nas roças feitas para o plantio de milho, feno, feijão, palma, abóbora, melancia alface, coentro, pimentão, algodão, que geralmente estão localizadas nas áreas de baixadas. A cerca enquanto forma é feita na sua maioria de madeira bem juntas e limitam uma área relativamente pequena de duas a três tarefas de terras e a sua função é definida pela estrutura social que a vê dentro da lógica de organização sócio-produtiva tradicional a qual orienta o sistema de pastoreio comunitário, que por sua vez é resultado do processo histórico na qual esta inserida a comunidade.

Um outro espaço cercado são os chiqueiros que, geralmente, estão localizados ao lado da casa a uma distancia de mais ou menos 50 metros. O chiqueiro das cabras é dividido em cinco partes: uma é destinada as cabras e os bodes, outra aos cabritos quando nascem, uma terceira parte destinadas as cabras gestantes próximo a parir, uma parte onde é colocada as cabras para amamentar e uma parte destinada as ovelhas.. Há também o chiqueiro dos porcos que são criados confinados e o curral das vacas que geralmente possui uma ou duas. Nos fundos da casa localiza-se o galinheiro.

O espaço da produção não se restringe ao pasto, mas incluem a casa e a família como um todo. A preparação do animal para a feira é feita no quintal e na cozinha da casa. Os homens se encarregam de matar e retirar a pele do animal deixando-o pronto para ser vendido. Já as mulheres limpam e preparam os miúdos deixando-os pronto para a venda. Toda família se integra no trabalho produtivo, sendo que o fundo de pasto não foge a regra no tocante ao trabalho da mulher, que apesar de construir uma relação de produção plantando alface, coentro, abóbora, feijão, arroz, melancia, e criando galinha, colhendo ovos que podem ser comercializados na feira ou não, é considerado como o menos pesado. Neste Fundo de Pasto tem havido uma mudança nesta perspectiva, visto que, a liderança da associação tanto, na Barriguda como no Angico são jovens, estes tem desenvolvido um projeto de beneficiamento de frutas fazendo compota, doces e a relação homem-mulher tem sido construído com um pé de igualdade maior.

Percebe-se por fim que o processo de produção do espaço vivido no Fundo de Pasto tem como marca a historia que possibilitou em um dado momento específico, com técnicas especificas produzir tal espaço, que por sua vez se apresenta concretamente com formas/conteúdo que desempenham funções imbuída de valores materiais e simbólicos demandadas e mantidas pela estrutura social do grupo.¹² Desta forma o Fundo de pasto é um espaço privilegiado na produção do espaço a partir da resistência, onde camponeses lutam pela terra buscando sua reprodução.

CONCLUSÃO

A cada dia que passa cada vez mais comunidades de Fundo de Pasto se organizam para reivindicar o direito à terra. Buscam a luta conjunta enquanto, pequenos trabalhadores rurais enfrentam ameaças de morte, sofrem perseguições, privações, mas continuam lutando por acreditar que o caminho é a construção de um lugar seguro e tranquilo para se viver em paz. Descobre-se na luta travada no cotidiano enquanto pessoas com força e capaz de gestar vida, formas e idéias. As formas que mantêm o Fundo de Pasto possuem funções determinadas pelo processo histórico, vivido ao longo do tempo. A estrutura social

que mantêm este grupo é permeada relações horizontais que tem como base a solidariedade e são reguladas pela tradição. Por tanto a produção de espaço em uma comunidade de Fundo de Pasto é marcada pela resistência que tem como principais aliados a tradição do uso comunal da terra que compõe a identidade deste grupo social e determina sua dinâmica. A luta para estas comunidades ainda não acabou e este processo tem gerado modificações no arranjo espacial, que adquire novas formas com funções que respondam a demanda deste grupo social

A contribuição da geografia enquanto ciência é procurar entender como se manifesta espacialmente este fenômeno social e quais os processos sociais e filosóficos que se escondem por traz desta realidade que a primeira vista se mostra fragmenta e fora da realidade vigente. Percebeu-se nesta pesquisa que este grupo produz espaço de forma diferenciada, mas que está presente dentro do território baiano enquanto força social e política e que estão longe de desaparecer enquanto grupo socialmente constituído. É nossa função compreender como se desenvolve a ação do capital no campo e como este se materializa. Que lógica faz com que pequenos produtores resistam e busque uma alternativa de vida fundamentada em valores diferentes dos que estão postos pelo capitalismo e materializem isto na sua reprodução cotidiana.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fátima; BRAGA, Hilda; LOPES, Luís José Lira. **Fundo de Pasto: Uma prática de trabalho comunitário na pequena produção – Um estudo de caso no município de Uauá de Salvador**, 1983. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia – SERPLANTEC Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A Questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. 130p.
- BRASILEIRO, ÂNGELA Maria Medrado et al. **Avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo fundo de pasto**. Salvador, 1987. 168p.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: Um estudo de suas diferentes formas**. São Paulo, 2000. 242p. Dissertação (Doutorado em geografia humana) – Universidade de São Paulo.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 349p.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002. 88p. (Série Princípios)
- EHLE, Paulo. **Canudos, Fundo de Pasto no Semi-árido**. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso. Editora Fonte Viva. 1997
- GARCEZ, Angelina nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987. 109p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) – Universidade Federal da Bahia.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil(1964-1990)**. Tese Doutorado, Barcelona. 1993.
- GERMANI, Guiomar I.; **Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais**. In: Cadernos de Geociências, Salvador, v.1, n.6, p.11-211; nov. 2001.

¹² Entende-se enquanto valores materiais aquilo que se apresenta concretamente, ou seja o que se espacializa: a casa, a roça, o chiqueiro, a área comunal, enquanto que valores simbólico a tradição: os princípios, relação de compadrio, momentos festivos da comunidade...

GEEMANI, Guiomar I. e CARVALHO, Edmilson. **Pesquisa sobre a política do banco mundial para o meio rural com base no projeto cédula da terra.** Bahia, 2001.93p.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia.** Goiânia: Cegraf /UFG, 1991. 119p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002. 198p. (Série Linha de frente)

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: A valorização do espaço.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 168p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000. 154p.

OLIVEIRA, Elizabeth Homem; FRANCA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Neuza Maria. **Dinâmica de participação de pequenos produtores em projetos de desenvolvimento rural: Do fundo de pasto às associações fundiárias.** Salvador, 1987. 98p. Universidade federal do Paraná – UFPR/MEC.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista.** São Paulo. Ed. Atica. 1986

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia Agrária e as transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** 63 - 110 In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. 187p

ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (org.) **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. 200p

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985. 88p. (Coleção espaços)

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** São Paulo: Edusp, 2002. 267p. (Coleção Milton Santos; 2)

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2002

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick; SILVA, Pedro Carlos Gama da. **O manejo do fundo de pasto no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável.** Revista Raizes, Ano XVIII, Nº20, novembro/99. Pp.90-102.

SOUZA, Deodato G. Santos et al. **Grilagem na Bahia.** Salvador: Grupo de estudos agrários, 1981.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 342p.

O fundo de pasto que queremos; política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto baianos. Salvador, 2004.72p.